

TÍTULO DO TRABALHO			
A ACELERAÇÃO DO TEMPO HISTÓRICO: TEMPO, TRABALHO E TEMPO DE TRABALHO			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Eduardo Martins Ráo	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Esta comunicação tem como propósito básico discutir alguns elementos que nos ajudam a dialogar sobre o processo histórico de conformação das noções de tempo, de trabalho e de tempo de trabalho nas sociedades modernas. O argumento que sustentamos diz respeito a necessidade do capitalismo em buscar imprimir um novo modo de vida à classe trabalhadora a partir, em grande medida, dos distintos mecanismos de transformação dos hábitos dos trabalhadores. Este processo histórico passa ganhar maior celeridade quando verificamos a vinculação do capitalismo ao imperialismo, na medida em que o imperialismo contribui para a aceleração da integração das/nas sociedades modernas ao modo de vida capitalista. Várias foram as maneiras que, combinadas em conjunto, implicaram em novas formas de vida que acabaram por arrefecer e até mesmo levar ao esquecimento as relações de produção pretéritas e suas formas de sociabilidade.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Capitalismo; Imperialismo; Aceleração da vida social			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This paper has as its basic purpose to discuss some elements that help us talk about the historical process of conformation of the notions of time, work and working time in modern societies. The argument that we maintain respect the need of capitalism in seeking to give a new way of life to the working class from, a great extent, the different mechanisms of transformation of the habits of workers. This historical process passes gain more quickly when we see the linkage of capitalism to imperialism, to the extent that the imperialism contributes to the acceleration of the integration of / in modern societies to the capitalist way of life. There were several ways that, combined together, resulted in new forms of life that eventually cool and even lead to oblivion the preterit production relations and forms of sociability.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Capitalism; Imperialism; Acceleration of social life			
EIXO TEMÁTICO			
Mercado Mundial, imperialismo e luta de classes			

A ACELERAÇÃO DO TEMPO HISTÓRICO: tempo, trabalho e tempo de trabalho

Eduardo Martins Ráo *

Introdução

Começemos por destacar uma passagem bastante elucidativa desenvolvida por Marx, em *O Capital*:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por *educação, tradição, costume*, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador (Marx, K. *O Capital*, Livro I, Volume II, 1996, pps. 358-359. Grifos nossos).

Ao tratar da gênese do trabalhador assalariado nas sociedades modernas, Marx deixa explícito que esse longo e profundamente tenso processo histórico envolveu não apenas a perseguição de mecanismos violentos de expropriação, constituição de legislações e apelos moralizantes por parte do Estado e da Igreja, mas também a transmissão de valores ensinados institucionalmente pela família e pela escola e pelo costume em geral. Tudo isso em conjunto implicou na conformação de novas formas de vida que acabaram por arrefecer e até mesmo levar ao esquecimento as relações de produção pretéritas e suas formas de sociabilidade, disseminando aquilo que Marx chamou de “naturalização” do modo de produção da vida social, ao mesmo tempo em que, a partir da consolidação do modo de produção plenamente capitalista, ficou selada a dominação do trabalhador pela lógica do capital. Em outras palavras, significa dizer que a reprodução social do modo de vida dos trabalhadores passou a ser determinada pela própria reprodução do modo de produção capitalista plenamente desenvolvido.

* Doutorando do Programa de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Como é então que se deu esse longo e sinuoso processo histórico? De que maneira podemos analisá-lo? E quais seriam as implicações mais importantes para o conjunto da classe trabalhadora? No presente artigo nos propomos a elencar alguns aspectos destas questões. A primeira delas será alvo mais explícito da seção final, ao passo que na seção inicial procuramos nos apoiar em uma chave analítica que nos ajuda a compreender esse processo histórico e, temos em mira ainda, o objetivo de destacar uma das implicações que acreditamos fundamental, qual seja, a aceleração do tempo histórico, compreendido como aceleração do modo de vida social.

1. A aceleração do tempo histórico: aspectos teóricos e metodológicos

Com o intuito de perseguir os objetivos delineados, nos apoiaremos no método da economia política, o materialismo histórico. Para tanto, será necessário preliminarmente esclarecermos melhor nossa compreensão sobre este método e ao mesmo tempo procurar enaltecer como, a partir dele, podemos apreender o objeto delimitado.

O materialismo histórico é um método desenvolvido por Marx, cujo esforço reside em “conceituar todas as esferas da existência, para elaborar uma teoria da história” (NOVAIS; FORASTIERI, 2011, p. 46-7). Sua investigação parte do pressuposto de que existem formas de consciência que são parciais e ocultadas pela relação com o modo com que a sociedade se organiza, ou seja, com a forma como se dá o modo de produção da vida social, em todas as suas esferas de existência. Em outros termos, o materialismo histórico busca criar um saber unitário que visa compreender a maneira com que a sociedade integra todas as dimensões da realidade social em suas várias esferas da vida social.

Para Marx, existe a possibilidade de se compreender uma lógica que expõe a dinâmica social e as suas transformações; existe assim uma teoria da história. No entanto, essa teoria é essencialmente indeterminista, posto se tratar de uma dinâmica marcada pela luta de classes e, portanto, pela inerência do conflito social. Nos dizeres de Gramsci, ela se revela como a verdadeira “filosofia da *práxis*”. Seu caráter se põe no campo da imanência, em que não existe *a priori* uma hierarquia dos momentos da realidade social, mas momentos relativos da *práxis*, entendida como atividade histórica dos homens (GRAMSCI, 1987).

Essa dinâmica se expressa através de certas estruturas históricas (totalidade) que tendem a se desgastarem ao longo do tempo, em função da plenitude do alcance dos conflitos sociais que as transformam de maneira incessante e de forma indeterminada, na mesma medida em que tais estruturas estão condicionadas pela sua duração histórica, no tempo e no espaço.

Como apreender então a forma como se dá a mudança social? Em uma das leituras possíveis de Marx, especialmente em *Ideologia Alemã*, acreditamos que fica sugerido que nos apoiemos na

categoria modo de produção (da vida). O modo de produção da vida social é a forma de articulação de todas as esferas da existência. Através de sua apreensão podemos, ao mesmo tempo, sugerir uma melhor periodização da história humana e ainda destacarmos qual das esferas da existência dá sentido (nexo dominante) ou acaba por integrar todas as demais dimensões da vida social em cada período da história, como também analisar em que medida as configurações sociais/sociabilidades atuais da reprodução social da vida social em suas múltiplas esferas (famílias, costumes, normas, técnica e etc.) guardam relações com os modos de vida pretéritos, ou seja, como se combinaram no modo de vida social do presente, em suas múltiplas temporalidades, a herança transmitida pelo legado das civilizações passadas e de que maneira isso implica na própria decomposição/recomposição da luta de classes (NOVAIS, 2005; MARIUTTI, 2012).

Assim, para os propósitos de nossa comunicação e do escopo nele contido será necessário delimitar nosso campo de análises a partir deste arcabouço teórico-metodológico, do qual nos exige, em primeiro lugar, proceder com uma periodização do percurso histórico em tela e, em segundo lugar, destacar apenas alguns elementos mais específicos inscritos neste processo histórico, qual seja, a conformação das noções de tempo, de trabalho e de tempo de trabalho nas sociedades modernas.

De maneira geral, esse processo histórico pode ser configurado num longo período, delineado entre meados do século XIV até a primeira metade do século XX. Logo, significa que estamos tratando de um período que tem sua origem a partir da grande crise do feudalismo, que implicou importantes transformações no modo de vida das sociedades medievais, perpassando o lento e sinuoso período de transição do feudalismo ao capitalismo, a constituição plena do capitalismo no século XIX e, finalmente, a sua vinculação ao imperialismo, em fins do século XIX.

Não será o caso aqui de elaborarmos uma reconstrução a respeito da compreensão que temos deste longo período histórico, mas apenas destacar uma chave de leitura a partir do método elucidado acima. Partiremos, dessa maneira, de uma problemática que nos ajuda a clarificar e a reconstituir o nosso objeto de reflexão à luz deste processo histórico.

Sendo assim, podemos formular em termos teórico-metodológico nosso argumento: não há uma relação de inevitabilidade entre a crise do feudalismo e a formação do capitalismo, mas existe um elemento transformador, dentre muitos outros, inscrito no próprio quadro de tensões gerado após a crise geral do século XIV, que se tornou decisivo no bojo do processo de transição ao capitalismo. Esse elemento diz respeito ao processo de secularização da vida social.

As sociedades feudais tinham uma organização da vida social, enquanto nexos dominante de todas as esferas da existência articuladas, essencialmente dotada pela religiosidade, de inspiração transcendental, em que quaisquer formas de contestações e conflitos sociais eram tomadas por heresias. A partir da crise geral do feudalismo passou a ocorrer, contraditoriamente, uma profunda

mudança social, que envolveu as várias esferas da existência social, em suas múltiplas temporalidades: a aceleração do processo de secularização da vida social. Isso significa que, dali em diante, abriu-se um caminho para a reflexão nas estruturas do pensamento e para a práxis humana em que os problemas sociais metamorfosearam-se do campo da transcendência para o campo da imanência.

Logo, a transição do feudalismo para o capitalismo foi um espaço-temporal de transformações descontínuas, permeada por conjunturas singulares, cuja aceleração da secularização da vida social foi um destes elementos com o qual se descortinou um longo e sinuoso processo histórico de mudança social. No bojo desse processo histórico, conforme destacou Marx, várias foram as maneiras que, combinadas em conjunto, implicaram em novas formas de vida social que acabaram por arrefecer e até mesmo levar ao esquecimento as relações de produção pretéritas e suas formas de sociabilidade.

A aceleração do processo de secularização da vida social, regido pela lógica da imanência, aparece então como um elemento novo que, a partir da formação do capitalismo, passou a ganhar um novo significado histórico e uma nova dinâmica. Em outras palavras, significa dizer que o sucesso da constituição do capitalismo reside, dentre outros elementos, na constituição de um novo modo de vida social que passa a ganhar uma nova dinâmica própria, mas que ao mesmo tempo contou com a combinação de elementos presentes nos distintos modos de vida pretéritos.

Ao imprimir um novo modo de vida à classe trabalhadora através, em grande medida, dos distintos mecanismos de transformação dos hábitos dos trabalhadores, o modo de produção capitalista engendrou uma nova noção de tempo, que se torna hegemônica e que por isso passa a reger toda a vida social. Tal processo, por sua vez, seguiu-se em paralelo ao da generalização do assalariamento da força de trabalho, envolvendo uma nova relação social com o tempo, o trabalho e o tempo de trabalho.

Como isso pode ser apreendido? No modo de produção capitalista o nexo dominante passou a ser estabelecido pela esfera econômica, sendo esta dimensão que articula as demais esferas da existência social. A “autonomização” da esfera econômica, ou a forma como a economia estabelece a articulação, redefine as demais dimensões da vida social. Em outras palavras, no capitalismo é a “economia” que estrutura e dá unidade a um modo de produção. A esfera econômica torna-se autonomizada não por determinar diretamente as esferas da existência social, mas simplesmente por ser aquela dimensão que articula todas as demais esferas, redefinindo-as (NOVAIS, 2005).

Conforme destacou Mariutti (2012), esse processo pode ser analisado sobre dois prismas: em termos lógicos e históricos. No plano lógico, a consolidação do modo de produção capitalista se cumpre levando a cabo dois movimentos importantes.

Em primeiro lugar, é fundamental a separação entre o trabalho e os meios de produção que, em essência, impõe a mediação do mercado sobre as etapas essenciais da produção social da vida. O segundo aspecto, que não deriva necessariamente do primeiro, mas que, por assim dizer, completa a transição, é a consolidação da indústria moderna, isto é, a “Revolução Industrial”, na medida em que ela possibilita a generalização crescente da concorrência capitalista na vida social e, fundamentalmente, abre o caminho para o predomínio do capital financeiro. [...] Mas este resultado não é fruto de nenhum tipo linear de acumulação, seja ela econômica ou “política”. Isso fica muito claro na discussão marxiana sobre a “acumulação primitiva”, que é essencialmente descontínua, marcada por temporalidades múltiplas e que só faz sentido tendo como referência a dinâmica “pura” do capitalismo consolidado. Trata-se, portanto, de uma abordagem nutrida fundamentalmente pela História, mas que retrata o processo de constituição do capitalismo não como história da sua formação mas, essencialmente, como gênese de elementos (Mariutti, 2012, p. 18).

O processo de conversão do trabalho em mercadoria e, em paralelo, a criação de um mercado mundial impulsionado pela industrialização modificaram radicalmente as condições de vida e de conflito social e ocasionaram uma implicação fundamental - a tendência a crescente mercadorização de todas as dimensões da vida social, subordinada ao incessante processo de autovalorização do capital – e também uma dinâmica fundamental – a capacidade que o capitalismo criou de penetrar nas demais formações sociais, transformando suas relações e formas sociais e incorporando-as à lógica da reprodução do capital.

Entretanto, a “autonomização” da esfera da economia deve ser interpretada ainda levando em consideração a explicação da História. A questão que se coloca diz respeito em como apreender a forma com que vai se impondo, no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, a centralidade da esfera econômica mediante as demais esferas de existência social.

Uma coisa é pensar a formação do capitalismo a partir da gênese de seus elementos constitutivos fundamentais, sob a ótica da sua dinâmica. Outra, bem diferente, é tentar reconstruir a transição do feudalismo ao capitalismo em seus próprios termos, isto é, uma transformação essencialmente descontínua, permeada pelo acaso e por conjunturas singulares, e que envolveu o entrelaçamento das várias esferas da existência social, em suas diversas temporalidades. Para tanto, é a referência geral que precisa mudar: é necessário tomar o feudalismo como um modo de produção articulado, movido por contradições próprias, cuja crise geral

deflagrou a transição que, dentre diversos futuros possíveis, possibilitou a formação do capitalismo (Mariutti, 2014, p. 16).

Disso resulta uma agenda ampla de investigações que deveriam tratar, por exemplo, de como se deu a sedimentação das novas formas de vida, levando ao esquecimento as antigas relações de produção e suas formas de sociabilidade; de como se deu a penetração do capital na esfera da produção e de como foi possível a ele apropriar-se de força de trabalho e, ao mesmo tempo, condicionar os mecanismos de reprodução do trabalho; de como o capitalismo conseguiu deslocar paulatinamente as formas mais tradicionais de controle da sociedade sobre o “mercado”, dentre outros. Ademais, como reconstruir uma análise histórica que mantém a unidade do processo e de suas múltiplas transformações, em temporalidades distintas, mas combinadas? Ou seja, como articular as formas políticas, econômicas, ideológicas e sociais que se configuram em cada um desses elementos e processos? Esse é o desafio.

Evidente que nos escapa neste trabalho proceder com uma reconstrução destes elementos históricos explicativos sobre o processo de transição do feudalismo para o capitalismo¹. Conforme destacamos, nos propomos apenas estabelecer uma chave de leitura que nos ajuda a reconstituir nosso objeto de estudo no bojo deste processo.

Sendo assim, iremos então reforçar o nosso argumento: a transformação do *télos* da transcendência para o da imanência teve como efeito direto a secularização da vida social que se revelou enquanto um elemento de continuidade na consolidação do capitalismo. Para tanto, esse processo histórico, ao mesmo em que consolidou um novo modo de vida social, também contou com a metamorfose de inúmeros elementos e processos presentes nos anteriores modos de vida, engendrando a criação de novos elementos e processos que se rearticularam a partir do nexo dominante dado pela economia.

Nesse sentido, o capitalismo acelerou o processo de secularização da vida social, tornando-se essencialmente um novo modo de produção (da vida), regido por elementos que se combinaram e se metamorfosearam em torno de uma unidade e de uma dinâmica própria, articulada pela esfera econômica. No entanto, devido ao seu caráter “universal” e totalitário – o da mercantilização de todas as esferas da existência – podemos dizer que esta aceleração da secularização da vida social passou a vigorar enquanto a própria aceleração do tempo histórico. Por essa razão, torna-se possível compreender a vinculação do capitalismo ao imperialismo, na passagem do século XIX para o XX,

¹ O debate historiográfico clássico sobre a transição pode ser consultado em: Mariutti, E. **Balanço do Debate: a transição do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2004. Para ver alguns ensaios interessantes que colaboram com a tentativa de explicação desse processo histórico ver: Mariutti, E. Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 214, dez. 2012. Mariutti, E. Capital comercial autônomo e a transição ao capitalismo: a polêmica sobre as duas vias e o papel das cidades. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 227, fev. 2014.

como sendo o processo de aceleração do prolongamento do capitalismo como forma universal do modo de vida, intolerante a todas as demais formas².

A secularização da vida social pode ser analisada a partir de múltiplos elementos e processos, mas a tomaremos aqui na condição de um processo histórico que envolveu a constituição de um novo modo de vida, através da consolidação do modo de produção capitalista. Para tanto, segundo os propósitos de nosso artigo, tentaremos nos debruçar sobre apenas alguns aspectos que, uma vez interligados, ainda que paralelamente, passaram a constituir uma nova configuração social que culminou neste novo modo de vida.

Em nossa análise, será importante destacar, de maneira ensaística, dois movimentos: (i) como a consolidação do capitalismo alterou a noção e a relação do/com o tempo, do/com o trabalho e do/com o tempo de trabalho e, finalmente, (ii) como é que nesse processo de transformação se combinaram e/ou metamorfosearam estas noções e relações com aquelas vivenciadas nos modos de vida pretéritos ao capitalismo. Esse será o objetivo da próxima seção.

2. Aspectos do processo histórico de aceleração do tempo histórico: tempo, trabalho e tempo de trabalho

A consolidação do modo de produção capitalista, enquanto um modo de produção da vida social historicamente determinado, pode ser analisado como um longo processo histórico de aceleração da secularização da vida social travestido pela própria aceleração do tempo histórico, devido ao seu caráter universal e totalitário.

Nesse sentido, a constituição de um novo modo de vida implicou em transformações radicais em inúmeros elementos e processos, dotados de múltiplas temporalidades distintas e que se interligaram e foram ao mesmo articuladas pelo nexos dominante dado pela esfera econômica.

Dentre estes, estão certamente três deles: (i) a noção e a relação com o tempo; (ii) a noção e a relação com o trabalho e (iii) a noção e a relação com o tempo de trabalho. De maneira sintética, podemos dizer que o capitalismo foi capaz de constituir um modo de vida em que o predomínio de um tempo dominante (tempo abstrato), de um trabalho dominante (assalariado) e de tempo de trabalho dominante (regular, disciplinado e medido pelo tempo abstrato).

Mas como isso se deu?

² Rosa Luxemburgo é incisiva: “O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição” (Luxemburgo, 1984, p. 98).

2.1 Secularização do tempo e o predomínio do tempo abstrato

Uma das características que mais distingui a sociedade moderna de seus antepassados é a crescente importância do tempo enquanto aparelho disciplinador e medida do trabalho. O homem moderno parece ter se tornado ele próprio um relógio. Todavia, as mudanças ocorridas na noção de tempo, no sentido de um tempo cada vez mais preciso, uniforme e abstrato resultaram de diversos elementos e processos que se interagiram ao longo de muitos séculos.

O tempo não existe na consciência mitológica e nas sociedades antigas sob a forma de abstração, de grandeza medida por números. Em ambas, o sentimento do tempo se expressa no interior de uma compreensão do mundo que é essencialmente intemporal. A percepção dos acontecimentos aparece de forma vaga, sem relação direta com o tempo: pertence ao domínio da lenda e do mito. Nessas sociedades o tempo se mostra de uma força poderosa e misteriosa, regendo todas as coisas, inclusive a vida dos homens e, por isso, ele é carregado de valor afetivo (SILVA, 1996). Ou seja, esse tempo não se desenvolve linearmente do passado ao futuro, mas sim de forma cíclica³.

Decerto com o advento do cristianismo pouco a pouco foi se conformando na sociedade uma visão linear de tempo. O poder e a influência da Igreja durante a Idade Média culminou na imposição do calendário gregoriano que passou a periodizar a história humana em função do nascimento de Cristo, cuja consolidação definitiva remonta ao final do século XVI. O calendário foi fundamental enquanto instrumento de controle do tempo exercido pela Igreja travestido de um caráter religioso, isto é, de um tempo litúrgico, mas, sobretudo, foi também ainda mais importante para a constituição da própria vida social, marcada profundamente pela presença que adquiriu o cristianismo na civilização ocidental (SILVA, 1996).

Por outro lado, em paralelo, desde tempos remotos os homens buscaram construir medidores de tempo cada vez mais precisos. A partir das observações dos astrônomos ou ainda pela necessidade dos mosteiros de preservarem a pontualidade e a disciplina, a medição do tempo evoluía lentamente. Durante o século XIV já era possível observar uma multiplicidade de relógios mecânicos públicos na Europa. Entretanto, foi ao largo da segunda metade do século XVII que o homem conseguiu alcançar uma grande precisão na medição do tempo (WHITROW, 1993).

E isso foi fundamental, especialmente pelo papel que jogou no século XVIII, em função do reforço à crença na homogeneidade e continuidade do tempo, da qual se mostrou bastante favorável

³ A questão, porém, não pode ser vista como uma oposição de forma absoluta de uma concepção linear de tempo a outra circular, pois da mesma forma que as estações do ano e os movimentos dos corpos celestes marcavam o caráter cíclico e repetitivo do tempo, o envelhecimento e a aproximação da morte apontavam para a irreversibilidade de um tempo que avança inexoravelmente.

à nova visão de mundo dos homens pautadas na noção de progresso humano e, sobretudo, no entusiasmo para com o futuro e o seu devir. Crença que, desde o final do século XVIII e início do XIX, passou a representar a possibilidade de um progresso ilimitado, propiciado pela ciência e tecnologia, que levaria sem embargo ao total domínio do homem sobre a natureza.

Sendo assim, muitos foram os fatores históricos que pesaram para que se constituísse uma nova visão sobre a concepção de tempo. A ideologia secular do progresso, com as suas disputas políticas iminentes⁴, certamente foi uma delas, mas junto a ela também contribuíram, dentre outros elementos, a busca inexorável dos homens em torno da construção dos instrumentos de medição do tempo e de seus usos sociais (a exemplo dos relógios, sinos, etc.)

Todavia, a origem do tempo abstrato deve ser buscada fundamentalmente na(s) forma(s) com que ele se relaciona com a organização do tempo social, ou seja, na(s) forma(s) com que ele passa a se constituir enquanto tempo dominante das/nas relações sociais articuladas no novo modo de vida social capitalista.

Acontece que a essa pergunta - mas então como se deu no plano histórico o predomínio do tempo abstrato nas sociedades capitalistas? – não existe ainda uma resposta satisfatória. Apoiado em ampla literatura historiográfica, Postone (2014, p. 233-250) procura dar cabo a essa compreensão. Seu ponto de partida é certo:

As origens do tempo abstrato devem ser buscadas na pré-história do capitalismo, na Alta Idade Média. Elas podem estar relacionadas a um tipo de prática social determinada e estruturada, que implicou a transformação do significado social do tempo em algumas esferas da sociedade europeia no século XIV e, até o final do século XVII, estava prestes a se tornar socialmente hegemônica. Mais especificamente, as origens históricas do conceito de tempo abstrato devem ser vistas à luz da constituição da realidade social com a disseminação das relações sociais baseadas na forma-mercadoria (Postone, 2014, p. 235).

Porém, após refutar algumas explicações que julgou insuficientes ou mesmo incompletas, o autor acaba coadunando com a interpretação clássica, qual seja, a de Le Goff (1980), ao mesmo tempo em que a complementa. De acordo com este medievalista francês, provavelmente, fora ao cabo das transformações ocorridas a partir do século XIV que se iniciou um processo histórico que culmina na ruptura na compreensão de tempo até então predominante: o tempo eclesial da Igreja, carregado de densidade teológica e moral, vai paulatinamente sendo sucumbido ao tempo do mercador - um tempo estimado pelo seu valor utilitário e mais voltado para as atividades profanas

⁴ Ver Hobsbawm, E. **A Era das Revoluções**: Europa 1789-1848. 12ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, cap. 13.

como a busca do lucro⁵. Ainda que esta interpretação tenha passado por algumas revisões historiográficas mais recentes - a exemplo do trabalho de Rust⁶ (2008) - a secularização do tempo mantêm-se, em linhas gerais, compreendida a partir da tensão entre o tempo do mercador e o tempo da Igreja, que foram envolvendo todas as estruturas sociais, perpassando as mentalidades e permitindo consolidar o surgimento dos novos valores capitalistas através de uma nova maneira de conceber o mundo.

Postone (2014), por sua vez, concentra-se sua análise na pista deixada por Le Goff (1980) mas, apesar de não proceder com uma análise que privilegie a forma com que foi se constituindo a penetração do tempo abstrato na tessitura da experiência do cotidiano, existem alguns elementos que devem ser levados em consideração. O predomínio do tempo abstrato é visto também como fruto das mudanças iniciadas a partir da grande crise do feudalismo do século XIV. Existe uma experiência embrionária situada na “indústria” têxtil, entre fins do século XIII e início do XIV, especialmente na região de Flandres, em que a penetração do capital comercial na produção de tecidos engendrou uma primitiva relação entre o capital e o trabalho assalariado, marcado pelo germe do trabalho medido pelo tempo (noção de produtividade) e das disputas em torno da duração da jornada de trabalho e da disciplinaridade e regularidade do trabalho.

Isso teria ocorrido nas cidades produtoras de tecidos e coincide com a difusão das campanhas de trabalho (através dos sinos municipais), responsáveis por coordenar o tempo de trabalho dos trabalhadores têxteis (veremos isso melhor na seção 2.3). No entanto, o próprio autor reconhece que, se tratava apenas de uma experiência localizada, já que a dominação social estabelecida pelo predomínio do tempo abstrato só generalizou ao longo dos séculos seguintes.

⁵ “[...] o mercador pode, daqui em diante, usar e abusar do tempo, numa época em que as estruturas econômicas não são fundamentalmente modificadas, mas o progresso quantitativo recua os seus horizontes e dilata a sua ação. Continuando cristão, não poderá a partir daqui - a não ser ao preço de uma distorção mental e por habilidades práticas - evitar os choques violentos e as contradições entre o tempo dos seus negócios e o tempo da sua religião, porque a Igreja continua agarrada a velhos regulamentos, mesmo quando cede, no essencial, ao capitalismo nascente e mesmo quando nele se insere” (LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editora Estampa, 1980, p. 59).

⁶ A análise de Rust (2008) procura, segundo o próprio autor, elaborar um esboço de revisão historiográfica sobre as representações do tempo na Idade Média, tendo como base a interpretação de Jacques Le Goff. Apesar de não recusar totalmente a tese do medievalista francês, Rust propõe compreendê-la de uma forma mais nuançada. Através de um estudo apoiado em fontes documentais (especificamente em algumas encíclicas), assim conclui o autor: “Devemos ter em mente que as representações eclesiásticas do tempo no período medieval não formavam um sistema, uma totalidade coerente, um roteiro de ideias ordenadas por afinidades, mas artefatos culturais singulares que exigem uma conversão de nossas análises. O olhar do historiador deve, aqui, tomar uma direção que o torne receptivo à percepção de espaços intermediários, de ambivalências, de múltiplos pertencimentos. Muitas vezes, disposto nesse rumo, o historiador vislumbrará um passado de aparência desconcertante diante de nossas maneiras de ver hodiernas, um passado em que clérigos lidavam com o tempo de maneira análoga à do mercador medieval, frequentemente tido pela historiografia como o grande - senão o único - protagonista de uma representação secularizada do tempo. Em síntese, o postulado historiográfico esculpido por Jacques Le Goff, e ainda amplamente aceito pelos historiadores, emoldurou a monocromática imagem de uma representação clerical do tempo lá onde devemos admitir um cenário mais denso, mais flutuante, mais imprevisível: a possibilidade de que diferentes e mesmo inesperadas temporalidades eclesiásticas possam emergir num mesmo contexto” (Rust, 2008, p. 18-19, grifos do autor).

Apesar disso, alguns elementos trazidos pelo autor nos ajuda a identificar melhor as transformações operadas na noção de tempo, no bojo da transição ao capitalismo. Por exemplo, no século XIV é perceptível uma maior importância dada à aritmética em consonância com o nascimento da mecânica moderna, fundamentais para que a noção de hora se constituísse em 60 minutos, já em fins do século XIV, e com isso viesse a padronização do dia em 24 horas – tomado mais a frente como unidade do tempo de trabalho (veremos isso na seção 2.3) e a padronização da hora zero como meia-noite, mas também, sobretudo, o uso social cada vez mais recorrente, nos centros urbanos, dos relógios mecânicos e dos sinos de trabalho.

Em suma, a partir das tensões iminentes, inscritas no processo de secularização da vida social, inúmeros elementos e processos, marcados por múltiplas temporalidades distintas, acabaram por sedimentar no imaginário social e nas relações sociais uma nova noção e uma nova relação com o tempo, do qual o domínio do tempo abstrato atinge seu corolário com a consolidação do modo de produção capitalista. Em outras palavras, o tempo se seculariza e passa a reger as distintas esferas da existência social, ao passo em que se converte em um valioso instrumento de medida do trabalho e do tempo de trabalho.

2.2 Conversão ao trabalho assalariado

O trabalho, tal como conhecemos hodiernamente, não existia até então. Os antigos atribuíam a ele distintas significações, geralmente relacionadas a algum tipo de castigo divino ou maldição. Nas sociedades escravistas seculares (grega e romana) ele sequer existia enquanto palavra e ademais, em seu aparecimento originalmente latino, o vocábulo provém de *tripalium* – instrumento de tortura - e se diferencia de *labor* (*latim*) – esforço árduo, dor e sofrimento. Muito veio a ocorrer para que, do elogio ao ócio se passasse ao elogio do trabalho (neg-ócio) como virtude (CHAUÍ, 2000).

Existem registros de que o trabalho dito “assalariado” já tenha sido um fenômeno observável, de forma embrionária, desde meados do século XIV, especialmente vinculado a algum tipo de produção mercantil têxtil, em pequenas escalas (POSTONE, 2014, p. 243). No entanto, a sua ampla conversão generalizadora foi alvo de um processo histórico longo, marcado por transformações radicais e conflituosas, levadas a cabo no decorrer dos séculos XIV até o XIX. Em linhas gerais, tratou-se de um processo em que os trabalhadores constituíram-se em uma classe, cuja reprodução, enquanto tal, passou a ser determinada pela própria reprodução do capital.

Evidente que tal processo não se restringiu apenas ao campo das relações mercantis, incorrendo, sobretudo, numa forma de comportamento ético e disciplinar que gerou grandes conflitos, por exemplo, entre católicos e protestantes e ainda dentre os próprios protestantes (a

exemplo da diferença entre os calvinistas e os puritanos). No caso dos protestantes, o trabalho aparece como sendo uma verdadeira vocação, implicando numa nova representação do tempo como algo a ser consumido e utilizado racionalmente (WEBER, 2004).

Marx, por sua vez, compreende esse processo a partir do conceito de subsunção formal do trabalho ao capital, que aponta o limite de atuação do capital mercantil. Até a consolidação da indústria moderna, na qual o processo de trabalho subsume-se no capital (torna-se o processo do próprio capital), o período histórico da transição do feudalismo ao capitalismo contava com uma série de formas distintas de trabalhos compulsórios, articulado “desde cima” pelo capital comercial autônomo (NOVAIS, 2005).

De acordo com Mariutti (2012), ao analisar os padrões de reprodução do capital comercial, pode-se dizer que:

Entre os séculos XVI e XVIII, a economia-mundo moderna era articulada pela rivalidade política entre os Estados em formação e pelas teias do capital mercantil. No caso deste, nos primórdios, o entrelaçamento inicial era pouco tênue e se dava essencialmente pelo cume, isto é, em torno do consumo conspícuo. Progressivamente algumas transformações que operavam na base – i.é as respostas locais à crise do século XIV, estruturadas pela luta de classes (a temática do “debate sobre a transição”) – possibilitaram com que a rede de transações do capital mercantil perpassasse indiretamente os polos manufatureiros que começaram a surgir em algumas regiões da Europa Ocidental, articulando as Américas, porções da África e a Europa Oriental, fato que acabou por gerar um vínculo entre as transformações operadas nestas regiões: enquanto o centro em constituição tendia para a produção baseada na manufatura e nos pequenos produtores independentes, a periferia e a semi-periferia tendiam para a especialização no fornecimento de matérias-primas e gêneros alimentícios, com base no trabalho compulsório. Logo, o tipo de produção tendeu a se vincular com a forma de controle sobre o trabalho e com os sistema político local (Mariutti, 2012, p. 5-6).

A garantia da reprodução autônoma do capital comercial frente à esfera da produção estava essencialmente dada pela sua capacidade de articulação e de sobreposição junto às redes de relações que mesclavam, ao mesmo tempo, organizações de trabalhos distintas⁷ (escravidão – nas regiões africanas e americanas -, segunda servidão – nas regiões da Europa Oriental, em especial na Polônia

⁷ Para maiores detalhes ver: Mariutti (2012, p. 9-17).

-, trabalho assalariado e pequeno produtor independente – nas regiões da Europa Ocidental) (WALLERSTEIN, 1974; MARIUTTI, 2012).

No entanto, o padrão de reprodução do capital mercantil, na medida em que se desenvolvia, passou a engendrar inúmeros elementos e processos de continuidade e de rupturas em relação ao feudalismo, marcado por distintas temporalidades. E, em seu processo histórico sinuoso, acabou penetrando no modo de vida, implicando numa rearticulação das formas da política, da economia, da ideologia e das relações sociais e, assim, gerando um conjunto de transformações de caráter conflituoso e ao mesmo indeterminante.

No bojo do desenvolvimento do capital comercial autônomo veio a se constituir, por exemplo, a formação do Estado moderno⁸. Além disso, passou a se verificar um aumento do poder político das classes detentoras de capital que, conseqüentemente, deu início à reconfiguração das formas de privilégio, cada vez mais vinculadas a riqueza material. Em paralelo, a penetração do capital mercantil na esfera da produção começou a se desenvolver e se tornar mais abrangentes e sistemáticos, sinalizando (mas não determinando) a emergência do capital industrial e das relações mediadas pelo mercado que, por sua vez, aos poucos e de maneira descontínua foram deslocando as formas mais tradicionais de controle da sociedade sobre o “mercado” (MARIUTTI, 2012).

De fato, estabelecer a reconstrução do processo de transição do feudalismo até a consolidação do capitalismo, a partir de uma análise histórica que mantenha uma unidade do processo e de suas múltiplas transformações, em temporalidades distintas, mas combinadas, é um campo ainda bastante aberto para o historiadores. Entretanto, existem algumas pistas, como aquelas elucidadas até aqui, mas também esboçadas pelo próprio Marx, quando tratou da experiência inglesa.

Mariutti (2012) assim expõe:

Marx claramente destaca a diferença entre os cercamentos do século XVI e os do século XVII e XVIII: no primeiro caso, o seu efeito foi a expulsão dos camponeses do campo, que favoreceu a tendência à migração para as cidades que, por sua vez, estimulou o endurecimento das violentas “leis dos pobres” e a criação das *work houses*. No caso, a Coroa e o Parlamento (este, é claro, em menor medida) eram contrários à expansão das atividades que despovoavam o campo em escala maior do que a capacidade de absorver a população expulsa da terra em outras ocupações. Indiretamente, as transformações fundiárias postas em marcha no século XVI iam dificultando a sobrevivência do *putting-out system* (pois ele pressupõe ao menos a

⁸ A formação do Estado moderno redefiniu, dentre outros, três elementos fundamentais: (i) acelerou o acirramento da rivalidade interestatal; (ii) consolidou o monopólio da violência e (iii) alterou as condições e formas de financiamento das atividades econômicas, especialmente através do sistema da dívida pública (Mariutti, 2012, p. 20).

pequena propriedade camponesa) e dos camponeses autônomos, fato que ajudava a generalizar as manufaturas. Os cercamentos do século XVII e XVIII contam com o apoio do Parlamento – crescentemente legitimados por um raciocínio de cunho utilitário – e fixam a população no campo sobre o regime de salariedade, originalmente para produzir bens de primeira necessidade, que acabam por dar apoio à nascente industrialização. Mas a articulação destes processos – com temporalidades e baseados em instâncias sociais distintas – não ocorre por nenhum mecanismo de determinação direta: eles se combinam ao sabor das tensões da sociedade inglesa e, por diversos mecanismos de cerceamento à formas alternativas de rendimentos (como a proibição da caça, as já referidas leis contra a mendicância, etc.), literalmente aprisionaram os trabalhadores nas longas jornadas de trabalho “livre”, modificando completamente os seus costumes e práticas sociais (Mariutti, 2012, p. 19-20).

Fica explícito que o processo de transformação do antigo camponês e do artesão em trabalhador livre, passando a produzir para o capital, recorreu à emergência de novas representações sobre o tempo e o trabalho, e de inúmeras variantes históricas, profundamente marcadas por todo tipo de violência que se pudesse recorrer.

Foram então se conformando uma série de elementos que se combinavam tais como: “o trabalho fora do domicílio ou da comunidade, o surgimento das fábricas, a introdução de máquinas, o pagamento de baixos salários, a remuneração por tarefas, os diversos códigos de conduta, as multas, o controle rígido dos horários dentro e fora do local de trabalho e o surgimento do relógio de ponto” (CARDOSO, 2009, p. 24). Sem dúvida, o pagamento de baixos salários e a remuneração por tarefas aparecem como estratégias para fazer com que o trabalhador passasse a necessitar de trabalhar mais (CARDOSO, 2009).

Entretanto, na longa transição à generalização do assalariamento residem essencialmente em alguns elementos e processos fundamentais como, por exemplo, o avanço e a institucionalização do processo educacional e os aparelhos de dominação ideológico e coercitivo inscrito na visão de mundo reinante no modo de vida burguês (THOMPSON, 1998), apoiados na ideologia secular do progresso, na qual o trabalho moderno passava a desempenhar um papel decisivo.

2.3 O trabalho medido pelo tempo de trabalho

Ainda que originalmente obscura, a ideia de dividir o dia, composto por 24 horas, numa tríade constituída por três partes equânimes, sendo uma delas dedicada ao trabalho, remonta ao imaginário da sociedade européia medieval, muito embora apresente elementos mais longevos

como aqueles verificados na mitologia grega⁹. O desenho ilustrado por Grandjouan (conforme epígrafe abaixo), por ocasião do 1º de maio de 1908, é revelador nesse sentido ao representar a herança mitológica da tríade.



Desenho de Jules Grandjouan, publicado como capa da edição especial do periódico L'Assiette au Beurre (Paris, 28-4-1906), a propósito da bandeira central de luta naquele Primeiro de Maio. A gravura foi publicada pela primeira vez no Brasil, pela Editora Kairós, na capa de O direito à Preguiça, de Paul Lafargue.

Nota-se claramente que há três mulheres nuas cada qual designando, respectivamente, oito horas de trabalho, oito horas de sono e oito horas de lazer. Contudo, como ressalta Silva (1996), entre a representação iconográfica do supracitado ilustrador e a referência à mitologia grega expressada na figuração das *Horas*, existe uma questão substantiva¹⁰. O que ocorre, na verdade, é a incorporação do trabalho à representação das horas, uma vez que no mito não havia lugar para o trabalho moderno e, por isso, tampouco para a valorização do mesmo.

⁹ De acordo com o mito, é do segundo casamento de Zeus com Têmis - a guardiã da justiça divina - que nasceram as *Horas*: Eunômia, Dique e Irene, representantes respectivamente da disciplina, da justiça e da paz. Para os atenienses, por sua vez, as mesmas divindades eram reconhecidas como Talo - a que faz brotar -, Auxo - a que faz crescer - e Carpo - a que faz frutificar (BRANDÃO, 1987 *apud* SILVA, 1996).

¹⁰ Enquanto no mito verificam-se três jovens segurando cada uma delas uma flor ou uma planta na mão, no desenho de Grandjouan, das três moças que seriam as horas, uma delas (sono) não traz nada na única mão visível, a outra (lazer) está com ambas as mãos encobertas pelos dizeres representativos das horas de trabalho e das horas de sono e, sobretudo, a última (trabalho), ao contrário das demais, além de apresentar um aspecto mais masculinizado, traz na cabeça um pano vermelho e junto à mão direita uma picareta, simbolizando seu instrumento de trabalho (SILVA, 1996).

Sendo assim, essa mudança considerável, simbolizada na gravura de Grandjouan, assenta-se evidentemente no conjunto das modificações pela qual sofreram as noções de tempo e de trabalho ao longo da história do ocidente (SILVA, 1996). Conforme vimos, no processo da transição do feudalismo para o capitalismo, a secularização da vida social implicou, dentre muitos elementos, na secularização do tempo e na conversão generalizada ao trabalho assalariado. Interligada a estas transformações residia a questão de como articular a nova concepção de tempo e de trabalho, que ia florescendo, com a concepção de se destinar parte da sua vida (ou quase toda ela) a um trabalho medido pelo tempo.

A ideia de trabalho estava vinculada até então à relação que este mantinha com a própria vida, já que era orientado por tarefas, premido pela necessidades e fundamentalmente realizado de maneira intermitente e irregular ao longo dos dias, da semana e do ano. Mesmo com a surgimento da noção de “dia de trabalho”, havia franca alternância entre as atividades realizadas de forma intensa e os largos períodos de ociosidade, considerando os diversos feriados e festas religiosas tradicionais. Além disso, apesar do insipiente desenvolvimento da manufatura e do *putting-out system*, ainda se verificava uma baixa sincronização do trabalho, pois ele implicava numa variedade de tarefas que, em sua maioria, eram executadas de maneira irregular (THOMPSON, 1998).

Em outras palavras, faz-se mister reconhecer que durante muitos séculos havia nas sociedades antigas o predomínio de uma ampla variabilidade de práticas de trabalho, organizadas em períodos sazonais e irregulares, sendo até mesmo as atividades urbanas desempenhadas de modo intermitente. No entanto, com o advento do capitalismo coloca-se a exigência de um processo de uniformização e regularização do trabalho mais adequado à lógica de acumulação do capital, em que a reprodução da classe trabalhadora passa a se dar enquanto a própria reprodução do capital e em que o trabalho passa a ser medido pelo tempo.

Todavia, a nova ideia de um trabalho regular e contínuo entrava em conflito com a forma irregular como os trabalhadores tocavam suas vidas e seu trabalho. Sob a imposição dos capitalistas, aliada a outros mecanismos sociais, tais como a pregação religiosa - repreensiva a todo tipo de ócio -, e somado aos aparelhos de dominação do Estado, se instaura um processo histórico de construção social do tempo, do trabalho e do tempo de trabalho que vagarosamente acabou sendo submetido a quase toda a sociedade (THOMPSON, 1998).

Como isso se deu? Obviamente, já existiam registros indicando o surgimento do trabalho sendo medido pelo tempo, em poucas experiências situadas entre o fim do século XIII e início do XIV e localizadas nas “indústrias” têxteis da região de Flandres. Postone (2014), ao tomar como base a investigação trazida por Le Goff (1980), destaca que a existência de uma “proliferação de vários tipos de sinos nas cidades medievais europeias, especialmente as campanhas de trabalho, que surgiram e se difundiram rapidamente nas localidades produtoras de tecidos do século XIV”

(Postone, 2014, p. 243). Nesta experiência embrionária, o vínculo entre o capital comercial e a produção de tecidos deu origem a uma relação entre o capital e o trabalho assalariado em que já era possível observar a preocupação com a produtividade do trabalho, assim como também com o estabelecimento de disciplina e regularidade da realização do mesmo. Nestas cidades produtoras, começaram a aparecer e a se difundir campanhas de trabalho, orquestradas através dos sinos municipais, responsáveis por coordenar o tempo de trabalho dos trabalhadores têxteis. Em função da crise do final do século XIII, que afetou sobremaneira a indústria têxtil, os trabalhadores tiveram como reivindicação o prolongamento da jornada de trabalho, como forma de conseguirem aumentar os seus salários, que eram pagos diariamente. Isso teria marcado, na visão do autor, um prelúdio que, muitos séculos depois, se generalizou com a consolidação do capitalismo (POSTONE, 2014).

Na análise seminal de Thompson (1998), com ênfase maior sobre a experiência inglesa, é possível apreender melhor o processo longo e conflituoso que permitiu a regularidade para com o trabalho e a sua correspondente interiorização no modo de vida dos trabalhadores. Segundo o autor, tal processo revela a passagem da execução dos trabalhos premidos por sua orientação das tarefas para o trabalho medido pelo tempo. Assim, dentre inúmeros elementos e processos que se conjugaram, existem aqueles oriundos daquilo que se chamou de “pressões externas” e aqueles que dizem respeito à interiorização da disciplina na própria vida social dos trabalhadores.

É possível observar uma série de situações, marcados por conjunturas singulares, que fundamentalmente ganhavam dimensão a partir dos desdobramentos oriundos da crise do século XIV e das transformações nas distintas esferas da realidade. Por exemplo, no caso inglês, o processo violento desempenhado pelos cercamentos, ao longo dos séculos XVII e XVIII, certamente impuseram aos trabalhadores duas opções conflitantes: o emprego parcial, que contava com a assistência das instituições voltadas à pauperização ou então a submissão à disciplina de trabalho fabril, que se desenvolvia paulatinamente.

Além disso, começara a se implantar nas fábricas, inúmeros códigos civis e penais, caracterizando normas e sistemas de multas disciplinadoras, bem como a recorrência cada vez maior dos registros de ponto, que ficavam a cargo dos “capatazes” fabris. A isso se seguiu, em paralelo, um conjunto de leis parlamentares e de políticas governamentais ciosas por garantir a ordem na produção e na sociedade em geral e repreensiva a todo o tipo de ócio. As escolas também tiveram papel fundamental, na medida em que se difundia o ensino formal e institucional, influenciando sobremaneira a transmissão dos valores através de suas mediações com as famílias dos trabalhadores.

Dessa forma, o processo de disciplinamento e regularidade para com o trabalho foi envolvido “pela divisão do trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes” (Thompson, 1998, p. 297),

responsáveis pela formação de novos hábitos de trabalho e pela imposição a uma nova disciplina de tempo. No século XIX, consolida-se o trabalho remunerado semanalmente e, nas lutas dos operários, fica explícita a transformação ocorrida em relação ao tempo.

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a lição, a de que tempo é dinheiro (Thompson, 1998, p. 294).

Na transição do século XIX para o século XX, o domínio do tempo abstrato e a conformação do trabalho moderno se consolidam nas sociedades capitalistas, de sorte que a discussão sobre o tempo de trabalho passa a se situar no quadro de uma nova realidade constituída, ou seja, no momento em que os novos hábitos de trabalho fundados numa economia de tempo útil cristalizaram-se no imaginário dos trabalhadores (LAFARGUE, 2000).

Em outras palavras, significa dizer que estamos diante de uma relação social sustentada na objetivação da reprodução da vida material dos trabalhadores premiada pelos desígnios da esfera da economia, mas também, e especialmente, na força coercitiva e repressiva (e, portanto, social, cultural e ideológica) para manter nos membros dessa formação social o sentimento de naturalidade da destinação e do controle sobre o uso do tempo de trabalho dos mesmos.

No bojo desse processo, o tempo de trabalho se apresenta como um elemento fundamental à reprodução da lógica societal instaurada pelo capitalismo, em primeiro lugar porque ele se torna um dos pilares de sustentação do processo de acumulação de capital, tendo como base a extração de mais-valia e, em segundo lugar porque ele atua como um regulador inarredável do modo de vida social, que assume um papel de centralidade na sociedade, já que não apenas grande parte de seus membros estão de alguma maneira submetidos a ele, mas, sobretudo, porque ele se revela imprescindível para a estruturação da vida coletiva.

Desta forma, o tempo de trabalho se torna, por um lado, o eixo sobre o qual o capital procura incessantemente se valorizar e se reproduzir, e, por outro lado, é a partir da valorização social dele que se fundamenta na sociedade a ética do trabalho regulado e disciplinado e sobre a qual se manifesta a correspondência entre o tempo e o dinheiro.

Na realidade, essa tem sido uma das maneiras bem sucedida pela qual o capitalismo procurou e procura sustentar-se enquanto um sistema mundial de exploração marcado por formas de dominação política e ideológica. E o tempo, o trabalho e o tempo de trabalho servem de exemplo para reiterar a capacidade com que o capitalismo conseguiu e conseguiu se apropriar do passado ajustando-o historicamente, através de um processo contraditório e violento, à sua lógica incessante.

Considerações Finais

Nosso ponto de partida deixa explícito o entendimento do capitalismo como um sistema mundial marcado por combinações entre as distintas formas de dominação política e social, aparelhos de legitimação ideológicos e mecanismos diversos de exploração do trabalho.

Destacamos, em primeiro lugar, alguns elementos teóricos e metodológicos que nos ajudam a tratar do processo histórico de conformação das noções de tempo, de trabalho e de tempo de trabalho nas sociedades modernas. Acreditamos que uma boa forma de trazer luz a essa problemática diz respeito à utilização do conceito de aceleração do tempo histórico, compreendido como aceleração do modo de vida social.

Em segundo lugar, analisamos em caráter preliminar alguns aspectos desse processo histórico, a partir de um diálogo com alguns estudos encontrados na literatura que versam sobre as transformações ocorridas nas noções de tempo, trabalho e tempo de trabalho no bojo da transição do feudalismo para o capitalismo. Tal diálogo mostrou-se fundamental para podermos destacar algumas das implicações que consideramos importantes analisar, qual seja, a secularização do tempo, a conversão ao trabalho assalariado e a transformação do trabalho medido pelo tempo.

Em linhas gerais, podemos concluir que a consolidação do capitalismo contou não apenas com o recurso às leis, à violência e ao discurso moralizante, mas também com os valores ensinados institucionalmente pela família e pela escola que contribuíram para dar cabo às transformações nos hábitos dos trabalhadores e para a construção de uma nova noção de tempo, de trabalho e de tempo de trabalho. Tudo isso em conjunto implicou em novas formas de vida que acabaram por arrefecer e até mesmo levar ao esquecimento as relações de produção pretéritas e suas formas de sociabilidade.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, J. S. **Mitologia grega**. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 1987.

CARDOSO, A. C. M. **Tempos de trabalho, tempos de não-trabalho**: disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: Annablume, 2009.

- CHAUÍ, M., “Introdução”. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2000.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1987.
- HOBBSAWM, E. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- LAFARGUE, P. **O Direito à Preguiça**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2000.
- LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- LUXEMBURGO, R. **A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARIUTTI, E. B. **Balanço do Debate: a transição do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARIUTTI, E. B. Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 214, dez. 2012.
- MARIUTTI, E. B. Capital comercial autônomo e a transição ao capitalismo: a polêmica sobre as duas vias e o papel das cidades. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 227, fev. 2014.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. **Capítulo VI inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Centauro, 2004.
- NOVAIS, F. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosacnaif, 2005.
- NOVAIS, F. & FORASTIERI DA SILVA, R. (orgs.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosacnaif, 2011.
- POSTONE, M. **Tempo, Trabalho e Dominação Social**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RUST, L. D. Jacques Le Goff e as representações do tempo na Idade Média. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, abril/ maio/ junho de 2008, vol. 5, ano V, nº 2.
- SILVA, J. P. **Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo**. São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 1996.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System**: capitalism agriculture and the origins of the European World-Economy in Sixteenth Century. Nova York: Academic Press, v.1, 1974.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITROW, G. J. **O tempo na história**: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.